



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

13 SR 002

SUP - TRT 3ª Região
Nº 2613/13
Em 30/01/13
Canoe
ASSINATURA

CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO E A EMPRESA BERIZONZI SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA - ME PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DO FÓRUM DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE MURIAÉ

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO, CNPJ 01.298.583/0001-41, com sede na Av. Getúlio Vargas, 225, em Belo Horizonte - MG, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Guilherme Augusto de Araújo, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº MG 3.150.834, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 666.841.616-00, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, conforme competência que lhe foi delegada pela Portaria 73 de 01 de setembro de 2011, publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho de 12 de setembro de 2011, doravante denominado CONTRATANTE, e como CONTRATADA a empresa **BERIZONZI SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA**, CNPJ 14.015.461/0001-42, estabelecida na Rua João Dornelas, 419, Loja A, Dornelas, em Muriaé - MG, neste ato representada por Paulo de Jesus Berizonzi, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº M 8.079.359, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 006.660.916-09, residente e domiciliado em Muriaé - MG, resolvem firmar o presente contrato, conforme a Concorrência 03/2012, Processo SUP 29.422/2012, regido pela Lei 8.666/93, legislação complementar e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO:

O objeto do presente contrato consiste nos serviços especializados relativos à execução de obras de construção do Fórum da Justiça do Trabalho de Muriaé, em terreno de aproximadamente 3.550,00 m², situado na Avenida José Resende Fontes nº 270, no bairro Boa Vista, constituído pelo imóvel matrícula 42.169, naquela localidade, em conformidade com as especificações técnicas do Edital de Licitação referente à Concorrência 03/2012, que integra este Termo Contratual, com seus anexos, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

CLÁUSULA SEGUNDA
DO REGIME DE EXECUÇÃO:

Os serviços serão contratados para execução indireta, em regime de empreitada por preço global, na forma deste contrato,





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

obedecendo, integralmente, às especificações, projeto básico, planilha, plantas e demais elementos fornecidos pelo CONTRATANTE e integrantes da proposta da CONTRATADA, em conformidade com o Edital de Licitação referente à Concorrência 03/2012, que integram este Termo Contratual, com seus anexos, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

CLÁUSULA TERCEIRA
DOS PREÇOS:

Pela prestação dos serviços descritos na Cláusula Primeira, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 1.709.105,99 (um milhão, setecentos e nove mil, cento e cinco reais e noventa e nove centavos), conforme proposta apresentada pela CONTRATADA para a Concorrência 03/2012, estando nele incluídos todos os tributos, bem como quaisquer outras despesas que venham a incidir sobre o objeto deste contrato.

Parágrafo Único: Os valores inicialmente cotados pela CONTRATADA serão reajustados pelo Índice Nacional da Construção Civil – INCC, após doze meses da data da apresentação da proposta, incidindo o reajuste sobre as etapas ocorridas após o transcurso de um ano da data da apresentação da proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA
DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

Os materiais e equipamentos a serem empregados e os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente às normas e especificações constantes do Edital de Licitação referente à Concorrência 03/2012, atendendo ainda às normas da ABNT, às disposições legais da União, dos Governos Estadual e Municipal, aos regulamentos das empresas concessionárias, às prescrições e recomendações dos fabricantes e às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT.

Parágrafo Primeiro: A direção da obra caberá a engenheiro devidamente habilitado perante o CREA-Regional, na forma da legislação vigente, que deverá permanecer no local durante todo o horário de trabalho, auxiliado por encarregados e demais operários necessários, de comprovada experiência e idoneidade técnica e pessoal, estando aptos a prestar quaisquer esclarecimentos necessários acerca dos serviços.

Parágrafo Segundo: Toda a mão-de-obra utilizada, bem como todos os materiais, ferramentas, maquinários e instrumentos, salvo os dispostos em contrário na Especificação de Serviços apresentada pelo CONTRATANTE, serão fornecidos pela CONTRATADA e deverão ser adequados ao desempenho das tarefas, sendo seguidos todos os cuidados e precauções visando a redução dos riscos de acidentes, segundo orientações de engenheiro de segurança do trabalho, cuja contratação será de responsabilidade total e integral da CONTRATADA.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

Parágrafo Terceiro: Todos os prepostos e empregados da CONTRATADA deverão ser previamente identificados sendo obrigatório o uso de crachá, equipamentos de segurança tais como botas, capacetes, luvas, caso necessários, obedecendo-se a legislação vigente quanto a EPI's, proteção predial e a terceiros.

Parágrafo Quarto: Todos os materiais a serem utilizados na obra, bem como a substituição de algum item descrito/especificado por similar deverá, necessariamente, ter aprovação prévia e escrita do Setor competente do CONTRATANTE, sob pena de reprovação da obra, podendo a Fiscalização do CONTRATANTE exigir laudo de instituto tecnológico oficial para comprovação da similaridade, devendo a CONTRATADA arcar com todas as despesas inerentes para a devida regularização, ficando vedado qualquer repasse ao CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto: Todas as demolições necessárias serão feitas dentro da mais perfeita técnica, tomados os devidos cuidados, de forma a evitar danos a terceiros, e os materiais, acabamentos e instalações demolidos e retirados pela CONTRATADA serão tratados como bens inservíveis ao CONTRATANTE e considerados como entulhos a serem retirados, transportados e eliminados, sob inteira responsabilidade da CONTRATADA, salvo autorização diversa por escrito da fiscalização.

Parágrafo Sexto: É vedada a subcontratação total dos serviços objeto deste Contrato, sendo que a subcontratação parcial dos serviços só será admitida se previamente autorizada pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA
DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS
SERVIÇOS:

O prazo de execução da obra será de 12 (doze) meses, a contar da ordem de início emitida pela Diretoria da Secretaria de Engenharia do CONTRATANTE, a qual deverá ocorrer, no máximo, em 60 (sessenta) dias após a assinatura deste ajuste.

Parágrafo Primeiro: Caso ocorram condições climáticas adversas, ou dificuldades com mobilização da empreiteira com pessoal, equipamentos, ferramentas e desenvolvimento de projetos executivos, poderá haver carência de até 60 (sessenta) dias no início do prazo de execução das obras, ajustado em comum acordo entre as partes contratantes.

Parágrafo Segundo: O desenvolvimento dos serviços processar-se-á de acordo com o cronograma físico-financeiro em etapas quinzenais aprovado pela Diretoria de Secretaria de Engenharia do CONTRATANTE.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

CLÁUSULA SEXTA
DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:

O recebimento provisório do objeto deste contrato dar-se-á mediante Termo Próprio, assinado pelas partes contratantes e pela fiscalização, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado a partir da comunicação escrita da CONTRATADA, e após a verificação de que a obra se encontra pronta e em condições de ser recebida.

Parágrafo Primeiro: No ato da assinatura do Termo de Recebimento a CONTRATADA deverá provar o recolhimento das contribuições previdenciárias resultantes da execução do contrato, mediante apresentação da Guia de Recolhimento ou da Certidão Negativa de Débito – CND, não se admitindo guias que não se relacionem com o objeto deste contrato.

Parágrafo Segundo: Os serviços serão recebidos, definitivamente, por comissão constituída de no mínimo 3 (três) membros, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após vistoria que comprove a adequação da execução nos termos contratuais, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da comunicação escrita ao contratado, conforme previsão do Art. 9º, I, b, da Portaria de nº 31 de 28/07/2009, do CONTRATANTE.

Parágrafo Terceiro: Decorridos noventa dias da emissão do termo de recebimento provisório e não constatando o CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização, o surgimento de qualquer inconformidade ou vício com relação aos serviços executados pela CONTRATADA, será aceita a obra em caráter definitivo e emitido, pela fiscalização, o termo de recebimento definitivo da obra.

Parágrafo Quarto: O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nem a ética profissional pela perfeita execução do contrato, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Quinto: A CONTRATADA deverá entregar o prédio em condições de funcionalidade e perfeito acabamento, com as ligações de água, esgoto, energia elétrica, cabeamento estruturado, "as built" de todos os projetos executivos, com a edificação acabada, inclusive com a entrega do HABITE-SE e CND.

Parágrafo Sexto: No final da obra os projetos deverão ser revisados e entregues à Diretoria da Secretaria de Engenharia do CONTRATANTE em formato A-1, meio eletrônico e-mail e através de CD ou pen drive.

Parágrafo Sétimo: A CONTRATADA ofertará garantia não inferior a 5 (cinco) anos para os serviços executados, conforme legislação vigente, respeitada a durabilidade inerente a cada material.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

CLÁUSULA SÉTIMA
DO PAGAMENTO:

O pagamento do preço contratado será feito mensalmente, conforme cronograma físico-financeiro apresentado pela CONTRATADA e aprovado pelo Setor Competente do CONTRATANTE, que passa a fazer parte integrante deste contrato, contra a apresentação da competente fatura, que, após atestada a execução e aceitos os serviços conforme medição "in loco" pela Diretoria da Secretaria de Engenharia do CONTRATANTE, será paga em até 10 (dez) dias úteis, através de emissão de Ordem Bancária em favor da conta corrente 01442-5, agência 8878, do Banco Itaú, em Muriaé – MG, em nome da CONTRATADA, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras.

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA apresentará, juntamente com a fatura, seis fotos representativas de todas as atividades, serviços e instalações em execução de forma espelhar o estado inicial, execução e final de cada ambiente, com detalhes das obras, instalações, acabamentos e serviços, indispensáveis para o ateste e liberação das medições e efetivo pagamento das notas fiscais.

Parágrafo Segundo: Os pagamentos, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, serão realizados desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA deverá comprovar, para os serviços sob encomenda, junto às notas fiscais das confecções, que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR -154481 e 15448-2.

Parágrafo Quarto: Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular junto ao INSS, ao FGTS e à Justiça do Trabalho (CNDT), apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada, a CONTRATADA será notificada pela Diretoria da Secretaria de Assuntos Orçamentário e Contábil para regularizar a documentação, ou indicar o fato impeditivo do cumprimento da obrigação, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de restar caracterizado o descumprimento do contrato, punível com as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Quinto: A aceitação dos serviços somente será efetivada após parecer da Diretoria da Secretaria de Engenharia do CONTRATANTE, sendo facultado à Administração o direito de não efetivar o pagamento se, no ato da aceitação, ficar comprovada a imperfeição dos serviços ou a execução em desacordo com as especificações do projeto e demais documentos determinantes da obra. Neste caso os pagamentos retidos não sofrerão qualquer reajuste.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

Parágrafo Sexto: Nenhum pagamento efetuado pelo CONTRATANTE isentará a CONTRATADA das responsabilidades contratuais e legais, nem implicará recebimento provisório ou definitivo dos serviços executados, total ou parcialmente.

Parágrafo Sétimo: O CONTRATANTE pode, a qualquer tempo, paralisar a obra, devendo ser pagos somente os serviços executados até aquele momento, sem qualquer ônus adicional, nos casos previstos no Art. 8º, Parágrafo Único, da Lei 8.666/93.

Parágrafo Oitavo: Para efeitos fiscais, salvo disposto em legislação específica, será considerado em cada e todas notas fiscais resultante do contrato, 50 % do valor referente a materiais empregados e 50 % referentes à mão-de-obra e outros serviços decorrentes da prestação dos serviços com emprego de material, exceto com prévia exposição de motivos e parecer técnico da fiscalização.

Parágrafo Nono Décimo: Ocorrendo atraso no pagamento, por motivo a que não tiver dado causa e para o qual não tenha contribuído a CONTRATADA, o CONTRATANTE, quando do respectivo pagamento, fará incidir juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, apurados de forma simples e *pro rata die*, e, após decorridos mais de 30 (trinta) dias, atualizará o valor devido com base no índice mensal do IPC-A/IBGE, *pro rata die*.

Parágrafo Décimo Primeiro: Considerar-se-á como data de pagamento o dia da emissão da ordem bancária.

CLÁUSULA OITAVA
DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

As despesas com o presente contrato correrão à conta dos recursos orçamentários próprios, por meio da verba PTRES 049090-449051 e Nota de Empenho 2012NE001925 emitida em 31 de dezembro de 2012 pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA
DA VIGÊNCIA:

A vigência deste contrato será de 18 (dezoito) meses, contados da data da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA
DAS OBRIGAÇÕES:

A CONTRATADA se obriga a zelar, pela qualidade do serviço prestado, mantendo durante toda a vigência do contrato, as





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

condições de habilitação e qualificação existentes no ato de assinatura deste Termo. Se, no decorrer da vigência do contrato comprovar-se a má qualidade na prestação dos serviços, obriga-se a CONTRATADA a refazê-los, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.

Parágrafo Primeiro: São também obrigações da CONTRATADA, se for o caso, correndo por sua conta exclusiva, tomar todas as providências necessárias para:

- a) aprovação de projetos alvará de construção e taxas afins junto aos órgãos competentes;
- b) matrícula específica da obra e certificado de taxa de contribuição para acidente de trabalho;
- c) registro do contrato no CREA e instalação na obra de placa indicativa do proprietário, dentro das exigências pertinentes ao CREA e à Prefeitura Municipal, no prazo de 10 (dez) dias;
- d) cumprimento de todas as normas regulamentares sobre medicina e segurança do trabalho;
- e) execução das obras em conformidade com as normas da ABNT, aplicando material de primeira qualidade;
- f) manutenção no local da obra de engenheiro responsável, ferramental, maquinaria, placas indicativas, tudo em conformidade com a legislação vigente;
- g) reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, a suas expensas dos serviços com defeito ou incorretos;
- h) responsabilidade por todo e qualquer dano físico, material ou pessoal causado direta ou indiretamente ao CONTRATANTE, a seus servidores ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato;
- i) responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da obra;
- j) substituição, mediante solicitação da fiscalização, de empregado que causar embaraço à boa execução da obra;
- k) permissão do livre acesso da fiscalização do CONTRATANTE;
- l) obtenção da Certidão de Baixa e Habite-se junto à Municipalidade e Certidão Negativa de Débito relativa à obra junto ao INSS, no prazo de até 60 (sessenta) dias.

Parágrafo Segundo: A CONTRATADA apresentará planilha detalhada e cronograma físico-financeiro, responsabilizando-se



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

pela execução dos serviços especificados, mesmo em caso de omissões na planilha de preços e projetos apresentados pela Diretoria da Secretaria de Engenharia do CONTRATANTE.

Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA manterá no local de prestação dos serviços vigilância ininterrupta e um Diário de Obras, até a entrega das chaves do prédio pela CONTRATADA, no qual serão anotadas todas as ordens de modificações, reclamações, indicações, etc., devendo ser consignadas, diariamente, todas as ocorrências relativas à obra que sejam dignas de registro, tais como entrada de materiais, condições de tempo, início e término de etapas, relação de equipamentos, número de operários, entre outras, devendo o mesmo ser entregue, após o término da obra, à Diretoria da Secretaria de Engenharia do CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto: A CONTRATADA deverá providenciar a remoção do entulho periodicamente, bem como dos detritos acumulados no local, considerando-se a obra terminada quando estiver completamente limpa, sem defeitos ou incorreções, e depois de ressarcidos eventuais danos feitos a qualquer obra ou bem público ou particular, ou mesmo acidentes com pessoas.

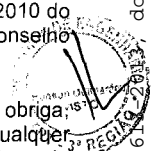
Parágrafo Quinto: A CONTRATADA se obriga a respeitar os critérios adotados no projeto básico, no que tange à sustentabilidade para os insumos utilizados, com especificação de metais, válvulas e louças sanitárias de baixo consumo de água, aparelhos de iluminação eficiente, compostos por reatores e lâmpadas apropriadas, sistemas de climatização e demais elementos de infraestrutura, instalações e acabamentos, tendo como princípios básicos, minimizar transtornos ao meio ambiente, tanto no processo de fabricação quanto no de utilização, em conformidade com as normas da ABNT, especialmente NBR 6118 E NBR 5410, selo PROCEL e de procedência, além de destinação adequada dos materiais remanescentes e resíduos sólidos para reciclagem, devendo ser apresentado, ao final das obras e instalações, projeto em “As Built”, com as respectivas características dos produtos empregados na edificação.

Parágrafo Sexto: O CONTRATANTE não aceitará em nenhuma hipótese a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, etc.

Parágrafo Sétimo: A CONTRATADA se obriga, na execução do contrato, a absorver egressos do sistema carcerário e de cumpridores de medidas e penas alternativas no percentual não inferior a 2% (dois por cento), em consonância com o parágrafo único do art. 8º da Resolução nº 114/2010 do Conselho Nacional de Justiça, e também ao art. 20 da Resolução 70/2010 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Parágrafo Oitavo: A CONTRATADA se obriga, durante toda a vigência do contrato, a informar ao CONTRATANTE qualquer contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes linha retã, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de

AUTENTICADO DIGITALMENTE POR LOGIN E SENHA EM 05/02/2013 11:06hs POR MARIA AUXÍLIA





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região.

Parágrafo Nono: A CONTRATADA deverá realizar, sem ônus para o CONTRATANTE, cursos de capacitação de todos os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, observada a carga horária mínima de duas horas mensais, com ênfase na prevenção de acidentes, na forma do artigo 1º da Resolução nº 98/CSJT, de 20 de abril de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DAS PENALIDADES:

Garantida ampla e prévia defesa, nos termos do art. 87, da Lei 8.666/93, à CONTRATADA poderão ser aplicadas cumulativamente as penalidades permitidas em lei e as constantes deste Instrumento, que são:

- a) multa moratória de 0,33% (zero vírgula e trinta e três por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da entrega em atraso ou valor da etapa em atraso, cabível nos casos de atraso injustificado de até 60 (sessenta) dias no cumprimento de prazos previstos neste contrato para compromissos assumidos;
- b) multa por inexecução contratual parcial de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor total do contrato, a ser aplicada no atraso injustificado superior a 30 (trinta dias), em substituição à penalidade prevista na alínea "a" desta Cláusula;
- c) multa por inexecução contratual parcial, até o máximo de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total do contrato, conforme a gravidade da infração, cabível nas demais hipóteses de inexecução contratual, excetuada a mora;
- d) multa por inexecução contratual total de até 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor total do contrato, cabível na rescisão contratual por culpa da CONTRATADA.

Parágrafo Primeiro: As penalidades pecuniárias descritas nesta cláusula poderão ser descontadas dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, conforme permissibilidade contida na Lei 8.666/93.

Parágrafo Segundo: Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados contemporaneamente à ocorrência do fato impeditivo do cumprimento da obrigação e indevidamente fundamentados, ficando a critério do CONTRATANTE a aceitação das justificativas apresentadas.

Parágrafo Terceiro: Não havendo prejuízo para o CONTRATANTE, as penalidades pecuniárias referidas nesta Cláusula poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

Parágrafo Quarto: A aplicação das sanções previstas no edital da Concorrência 03/2012, neste contrato e no Art. 87 e 88 da Lei



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

8.666/93, será comunicada, imediatamente, ao Conselho Nacional de Justiça, para inclusão e disponibilização por meio de cadastro nacional próprio e de amplo acesso, sendo também comunicada a eventual reabilitação do penalizado

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DA FISCALIZAÇÃO:**

Atuará como gestor deste ajuste, nos termos da Portaria TRT nº 31/2009, e do art. 67 da Lei 8.666/93, o Diretor da Secretaria de Engenharia do CONTRATANTE.

Parágrafo Primeiro: A execução dos serviços objeto deste contrato será fiscalizada por servidor vinculado à Diretoria da Secretaria de Engenharia do CONTRATANTE, devidamente indicado pela autoridade competente e formalmente comunicado à CONTRATADA.

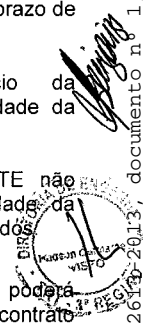
Parágrafo Segundo: À fiscalização fica assegurado o direito de:

- solicitar o afastamento ou a substituição imediata de qualquer empregado da CONTRATADA por ineficiência, incompetência, má conduta ou falta de respeito com terceiros;
- rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado, exigindo sua substituição, bem como a retirada imediata do canteiro de obra;
- impugnar qualquer trabalho executado ou em execução, que não satisfaça às condições contratuais, devendo a CONTRATADA, às suas próprias expensas, desfazer o serviço reprovado e executá-lo novamente de forma satisfatória, imediatamente após o recebimento da comunicação correspondente, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.
- ter satisfeitos, imediatamente, todos os esclarecimentos que solicitar, salvo se depender de modificação de cálculo ou teste, hipótese em que será fixado um prazo de acordo com a complexidade do caso.

Parágrafo Terceiro: O exercício da fiscalização pelo CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA.

Parágrafo Quarto: O CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subcontratados

Parágrafo Quinto: O CONTRATANTE poderá admitir subempreiteiros da CONTRATADA, a serem submetidos ao gestor do contrato para prévia aprovação, sem que, entretanto, tal ato implique em qualquer aceitação de transferência de responsabilidade.





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
DA PRESTAÇÃO DE GARANTIA A
EXECUÇÃO :**

A CONTRATADA deverá prestar garantia à execução no momento em que for firmado o contrato, podendo optar por uma das modalidades estabelecidas no art. 56, § 1º, da Lei de Licitações.

Parágrafo Primeiro: O valor da garantia de que trata esta Cláusula corresponderá a cinco por cento do valor inicial do contrato e terá a sua vigência prorrogada na hipótese de prorrogação do prazo contratual e/ou ainda sua complementação em caso de acréscimo no valor do contrato.

Parágrafo Segundo: A garantia prestada pela CONTRATADA responderá por eventuais multas a ela aplicadas, podendo ser retida para satisfação de perdas e danos resultantes de inadimplemento ou de ação ou omissão, dolosa ou culposa, da CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro: Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pelo CONTRATANTE, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da CONTRATADA, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada.

Parágrafo Quarto: Não ocorrendo a hipótese prevista no parágrafo segundo desta cláusula, a garantia será liberada ou restituída à CONTRATADA, após a execução do contrato e do recebimento definitivo, em no máximo 90 (noventa) dias, após a entrega do "HABITE-SE" e da Certidão Negativa de Débito relativa à obra junto ao INSS.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
DA RESCISÃO:**

A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, na forma do Art. 77, da Lei 8.666/93, constituindo motivo para rescisão aqueles previstos no Art. 78 do mesmo diploma legal.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
DO FORO:**

Fica eleito o Foro da Justiça Federal nesta Capital, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato.






PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

Para constar, e como prova deste ajuste, foi lavrado o presente que, depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes, extraindo-se cópias necessárias para documento e controle, fazendo-se publicar no Diário Oficial da União.

Belo Horizonte, 30 de janeiro de 2013.


TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DA TERCEIRA REGIÃO
Guilherme Augusto de Araújo
Diretor - Geral

Paulo de Jesus Berizonzi
BERIZONZI SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA. – ME
Paulo de Jesus Berizonzi



CONCORRÊNCIA Nº _____ - EMPRESA: _____		CRONOGRAMA FISCO-FINANCEIRO DA OBRA													
		PERÍODOS													
ITEM	SERVIÇOS	VALORES	ETAPA 1	ETAPA 2	ETAPA 3	ETAPA 4	ETAPA 5	ETAPA 6	ETAPA 7	ETAPA 8	ETAPA 9	ETAPA 10	ETAPA 11	ETAPA 12	
01.00	SERVIÇOS PRELIMINARES	30.784,61	40,00%	15.913,98	15.913,98									10,00%	10,00%
02.00	FUNDAÇÕES	250.763,68	25,00%	64.176,12	64.176,12	25,00%	64.176,12	25,00%	64.176,12					25,00%	3.978,49
03.00	ESTRUTURA	452.469,28	13,33%	113.171,45	113.171,45	25,00%	113.171,45	25,00%	113.171,45	25,00%	25,00%				
04.00	FECHAMENTOS	70.824,09	25,00%	17.706,02	17.706,02	25,00%	17.706,02	25,00%	17.706,02					25,00%	1.798,52
05.00	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS	61.182,63	25,00%	15.296,16	15.296,16	25,00%	15.296,16	25,00%	15.296,16	25,00%	25,00%			25,00%	1.592,58
06.00	INSTALAÇÕES DE COMBATE A INCÊNDIOS	1.722,41												50,00%	861,21
07.00	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E ILUMINAÇÃO	129.441,09	25,00%	32.360,27	32.360,27	25,00%	32.360,27	25,00%	32.360,27	25,00%	25,00%			25,00%	25,00%
08.00	CABEAMENTO ESTRUTURADO	66.268,73	100,00%	66.268,73											
09.00	INFRAESTRUTURAS	103,45												100,00%	
10.00	COBERTURA	69.211,51	25,00%	17.302,88	17.302,88	25,00%	17.302,88	25,00%	17.302,88	25,00%	25,00%			25,00%	1.307,68
11.00	REVESTIMENTOS	246.540,45	10,00%	24.654,05	24.654,05	10,00%	24.654,05	10,00%	24.654,05	10,00%	10,00%			10,00%	10,00%
12.00	ESQUADRIAS	35.807,76	20,00%	7.161,55	7.161,55	20,00%	7.161,55	20,00%	7.161,55	20,00%	20,00%			20,00%	7.161,55
13.00	INTERIORES	244.985,15	5,00%	12.249,26	12.249,26	5,00%	12.249,26	5,00%	12.249,26	5,00%	5,00%			5,00%	5,00%
14.00	PROJETOS	26.811,56	20,00%	5.362,32	5.362,32	20,00%	5.362,32	20,00%	5.362,32	20,00%	20,00%			20,00%	24.449,20
PERCENTUAL DOMEIS		2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	5.362,32
TOTAL DOMEIS		33.821,97	33.821,97	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	111.370,05
PERCENTUAL ACUMULADO		2,00%	2,00%	16,15%	28,32%	43,63%	56,96%	67,23%	76,64%	83,53%	88,53%	91,53%	93,53%	95,53%	100,00%
TOTAL ACUMULADO		33.821,97	67.643,94	179.389,15	274.397,58	500.759,38	744.851,72	937.814,52	1.146.169,74	1.306.511,37	1.461.480,58	1.597.536,68	1.709.165,92		
TOTAL GERAL DA OBRA		1.709.165,92													

Data Base: 30/02/2012

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE FINANÇAS
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
SECRETARIA DE SERVIÇOS
SECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO
SECRETARIA DE URBANISMO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
SECRETARIA DE CULTURA
SECRETARIA DE TURISMO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE SAÚDE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE DEBATE E POLÍTICA CIDADÃ



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

1 3 TA 0 7 1

SUP - TRT 3ª Região
Nº 22314/2013
Em 18/07/13
<i>UROC</i>
ASSINATURA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 13SR002 CELEBRADO ENTRE O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO E A EMPRESA BERIZONZI SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA - ME PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DO FÓRUM DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE MURIAÉ

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO, CNPJ 01.298.583/0001-41, com sede na Av. Getúlio Vargas, 225, em Belo Horizonte - MG, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Guilherme Augusto de Araújo, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº MG 3.150.834, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 666.841.616-00, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, conforme competência que lhe foi delegada pela Portaria 73 de 01 de setembro de 2011, publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho de 12 de setembro de 2011, doravante denominado CONTRATANTE, e como CONTRATADA a empresa **BERIZONZI SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA**, CNPJ 14.015.461/0001-42, estabelecida na Rua João Dornelas, 419, Loja A, Dornelas, em Muriaé - MG, neste ato representada por Paulo de Jesus Berizonzi, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº M 8.079.359, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 006.660.916-09, residente e domiciliado em Muriaé - MG, resolvem firmar o presente Termo Aditivo, conforme OF/TRT/DSE, 149/13, Processo SUP 20.725/2013, nos termos do art. 65, I "a", da Lei 8.666/93, legislação complementar e cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:**

Passa a vigorar o novo cronograma físico-financeiro anexo, aprovado pelo gestor do contrato, com prazo de execução até 31 de maio de 2014.

**CLÁUSULA SEGUNDA
DAS RATIFICAÇÕES:**

As demais cláusulas e condições constantes do contrato firmado em 30 de janeiro de 2013 permanecem íntegras, firmes e valiosas em todos os seus termos.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

Para constar, e como prova deste ajuste, foi lavrado o presente que, depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes, extraindo-se cópias necessárias para documento e controle, fazendo-se publicar no Diário Oficial da União.

Belo Horizonte, 24 de julho de 2013.

André Luiz Morais Mascarenhas
Diretor-Geral em exercício

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DA TERCEIRA REGIÃO

Guilherme Augusto de Araújo
Diretor-Geral


BERIZONZI SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA
Paulo de Jesus Berizonzi





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

1 4 T A 0 0 1

SUP - TRT 3ª Região
Nº 1782/2014
Em 21 / 01 / 14

ASSINATURA

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 13SR002 CELEBRADO ENTRE O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO E A EMPRESA BERIZONZI SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA - ME PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DO FÓRUM DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE MURIAÉ

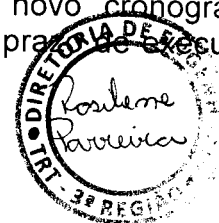
O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO, CNPJ 01.298.583/0001-41, com sede na Av. Getúlio Vargas, 225, em Belo Horizonte - MG, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Ricardo Oliveira Marques, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade MG 6.951.509, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 796.480.706-44, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, conforme competência que lhe foi delegada pela Portaria TRT/GP 04/2014 de 02 de Janeiro de 2014, disponibilizada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho de 06 de Janeiro de 2014, doravante denominado CONTRATANTE, e como CONTRATADA a empresa **BERIZONZI SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA**, CNPJ 14.015.461/0001-42, estabelecida na Rua João Dornelas, 419, Loja A, Dornelas, em Muriaé - MG, neste ato representada por Paulo de Jesus Berizonzi, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº M 8.079.359, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 006.660.916-09, residente e domiciliado em Muriaé - MG, resolvem firmar o presente Termo Aditivo, conforme OF/TRT/DSE 343/13, Processo SUP 39237/2013, nos termos do art. 65, I "a", da Lei 8.666/93, legislação complementar e cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DA ALTERAÇÃO:**

Em virtude da alteração da razão social da CONTRATADA, constante da alteração de seu Ato Constitutivo, com registro na JUCEMG sob o nº 5130785, passa a figurar como CONTRATADA, **SCALLBERI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - EPP**, permanecendo inalterado o número de inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, não resultando para o CONTRATANTE qualquer solução de continuidade, prejuízo ou alteração do contrato no que tange à prestação dos serviços ou aos valores contratados.

**CLÁUSULA SEGUNDA
DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:**

Passa a vigorar o novo cronograma físico-financeiro anexo, aprovado pelo gestor do contrato, com prazo de execução até 31





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

de maio de 2014.

CLÁUSULA TERCEIRA
DA FISCALIZAÇÃO

O *caput* da Cláusula Décima Segunda do contrato originário passa a vigorar com a seguinte redação:

“Atuará como gestor deste ajuste, termos da Instrução Normativa TRT nº 07/2013, e do art. 67 da Lei 8.666/93, o Diretor da Secretaria de Engenharia do CONTRATANTE.”

CLÁUSULA QUARTA
DAS RATIFICAÇÕES:

As demais cláusulas e condições constantes do contrato firmado em 30 de janeiro de 2013 e seu aditamento permanecem íntegras, firmes e valiosas em todos os seus termos.

Para constar, e como prova deste ajuste, foi lavrado o presente que, depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes, extraindo-se cópias necessárias para documento e controle, fazendo-se publicar no Diário Oficial da União.

Belo Horizonte, 21 de janeiro de 2014

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DA TERCEIRA REGIÃO
Ricardo Oliveira Marques
Diretor-Geral

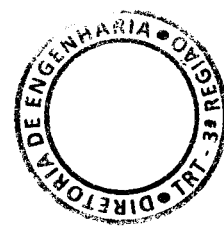
Sérgio Murilo Ribeiro dos Santos
Assessor-Chefe da Diretoria-Ge

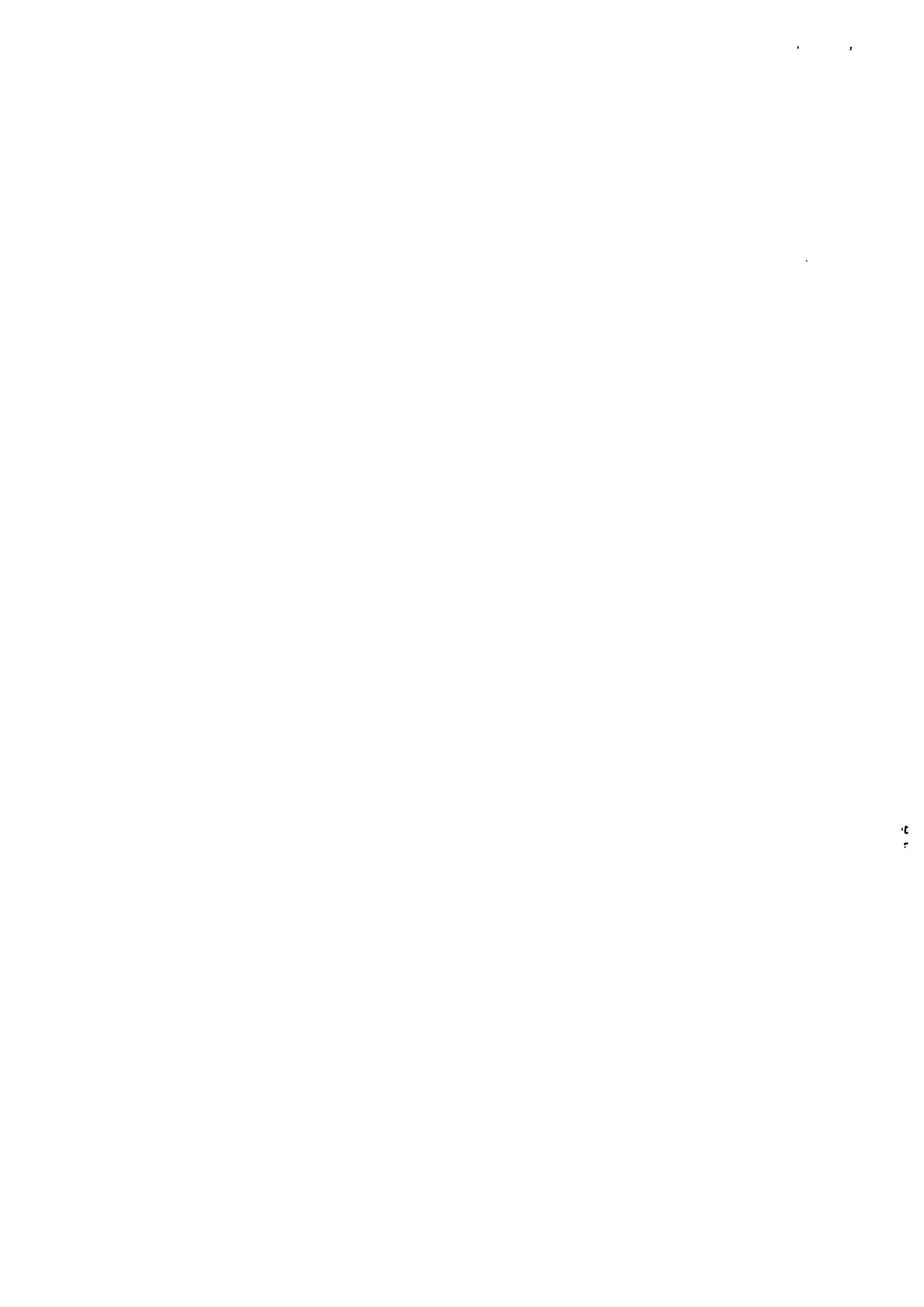
Sérgio Murilo Ribeiro dos Santos
Assessor-Chefe da Diretoria-Geral

BERIZONZI SERVIÇOS
E COMÉRCIO LTDA - EPP
Paulo de Jesus Berizonzi

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO												
	ETAPA 1	ETAPA 2	ETAPA 3	ETAPA 4	ETAPA 5	ETAPA 6	ETAPA 7	ETAPA 8	ETAPA 9	ETAPA 10	ETAPA 11	ETAPA 12
SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 39.784,91	40,00%	40,00%	20%								
FUNDAÇÕES	R\$ 256.706,88	R\$ 15.913,96	R\$ 15.913,96	R\$ 7.956,98	20%							
ESTRUTURA	R\$ 452.685,78			R\$ 51.341,38	30%							
FECHAMENTOS	R\$ 70.834,09			R\$ 135.805,73	35%	R\$ 108.644,59	24%			R\$ 20.370,86	4,50%	
INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS	R\$ 52.152,87					R\$ 42.500,45	10%	R\$ 7.083,41	5%	R\$ 10.625,11	15%	
INSTALAÇÕES DE COMBATE A INCÊNDIOS	R\$ 1.722,41						10%	R\$ 7.822,93	25%	R\$ 10.430,57	30%	
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E ILUMINAÇÃO	R\$ 126.441,68							R\$ 5.215,29		R\$ 15.645,86	50%	
CABEAMENTO ESTRUTURADO	R\$ 86.296,73											R\$ 861,21
IMPERMEABILIZAÇÕES	R\$ 103,49											R\$ 861,21
COBERTURA	R\$ 69.231,51											R\$ 861,21
REVESTIMENTOS	R\$ 245.540,45											R\$ 861,21
ESQUADRIAS	R\$ 35.887,76											R\$ 861,21
DIVERSOS	R\$ 244.905,85											R\$ 861,21
PROJETOS	R\$ 26.811,58											R\$ 861,21
PERCENTUAL DO MÊS												
TOTAL DO MÊS												
PERCENTUAL ACUMULADO												
TOTAL ACUMULADO												
TOTAL GERAL DA OBRA	R\$ 1.709.105,99											

Handwritten signature







PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

14TA097

SUP - TRT 3ª REGIÃO
Nº 23274/2014
Em 04/08/14
Roc.
ASSINATURA

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 13SR002 CELEBRADO ENTRE O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO E A EMPRESA SCALLBERI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - EPP PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DO FÓRUM DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE MURIAÉ

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO, CNPJ 01.298.583/0001-41, com sede na Av. Getúlio Vargas, 225, em Belo Horizonte - MG, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Ricardo Oliveira Marques, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade MG 6.951.509, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 796.480.706-44, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, conforme competência que lhe foi delegada pela Portaria TRT/GP 04/2014 de 02 de Janeiro de 2014, disponibilizada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho de 06 de Janeiro de 2014, doravante denominado CONTRATANTE, e como CONTRATADA a empresa **SCALLBERI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - EPP**, CNPJ 14.015.461/0001-42, estabelecida na Rua João Dornelas, 419, Loja A, Dornelas, em Muriaé - MG, neste ato representada por Paulo de Jesus Berizonzi, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº M 8.079.359, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 006.660.916-09, residente e domiciliado em Muriaé - MG, resolvem firmar o presente Termo Aditivo, conforme OF/TRT/DSE 206/14, Processo SUP 8980/2014, nos termos dos arts. 57, § 1º e 65, II, "b", § 1º da Lei 8.666/93, legislação complementar e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DA VIGÊNCIA:

Fica estendida até 28 de fevereiro de 2015 a vigência do contrato celebrado em 30 de janeiro de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA
DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:

Passa a vigorar o novo cronograma físico-financeiro anexo, aprovado pelo gestor do contrato, com prazo de execução até 30 de novembro de 2014.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

CLÁUSULA TERCEIRA
DAS RATIFICAÇÕES:

As demais cláusulas e condições constantes do contrato firmado em 30 de janeiro de 2013 e seus aditamentos permanecem íntegras, firmes e valiosas em todos os seus termos.

Para constar, e como prova deste ajuste, foi lavrado o presente que, depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes, extraindo-se cópias necessárias para documento e controle, fazendo-se publicar no Diário Oficial da União.

Belo Horizonte, 28 de julho de 2014

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DA TERCEIRA REGIÃO
Ricardo Oliveira Marques
Diretor-Geral

SCALLBERI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS
LTDA - EPP

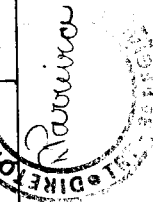
Paulo de Jesus Berizonzi



CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DA OBRA													DATA DA REVISÃO: 10/07/2014										
CONSTRUÇÃO DO FÓRUM DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE MURIAÉ / MG.																							
ITEM	DESCR. SERVIÇOS	VALORES (R\$)	01.00	02.00	03.00	04.00	05.00	06.00	07.00	08.00	09.00	10.00	11.00	12.00	13.00	14.00	TOTAL DO MÊS	PERCENTUAL POR ETAPA	PERCENTUAL ACUMULADO	TOTAL ACUMULADO	TOTAL GERAL DA OBRA		
01.00	SERVIÇOS PRELIMINARES	39.784,91	40,00%	15.913,98	40,00%	7.858,98	20,00%																
02.00	FUNDAÇÕES	256.706,85	80,00%	205.365,50	20,00%	51.341,38	30,00%	135.905,73	158.440,02	108.444,59	60,00%	42.500,45	7.083,41	10,00%	7.083,41	3.541,70	10,00%	29.424,58	15,00%	20.370,86	4,50%	20.370,86	5,00%
03.00	ESTRUTURA	432.685,78	30,00%																				
04.00	FECHAMENTOS	70.834,09	15,00%																				
05.00	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS	92.152,87	7,822,93																				
06.00	INSTALAÇÕES DE COMBATE A INCÊNDIOS	1.722,41																					
07.00	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E ILUMINAÇÃO	128.441,68	10,00%																				
08.00	CABEAMENTO ESTRUTURADO	86.296,73	8.829,87																				
09.00	IMPERMEABILIZAÇÕES	103,48																					
10.00	COBERTURA	68.231,91	25,00%	17.307,88	17,307,88	25,00%	17.307,88	25,00%	17.307,88	25,00%	17.307,88	10,00%	1.730,788	10,00%	1.730,788	10,00%	17.307,88	10,00%	17.307,88	10,00%	1.730,788	10,00%	
11.00	REVESTIMENTOS	245.540,45	24.554,05																				
12.00	ESQUADRIAS	35.887,78																					
13.00	DIVERSOS	244.905,85	5,00%	12.245,29	12.245,29	5,00%	12.245,29	5,00%	12.245,29	5,00%	12.245,29	5,00%	12.245,29	5,00%	12.245,29	5,00%	12.245,29	5,00%	12.245,29	5,00%	12.245,29	5,00%	
14.00	PROJETOS	26.811,85	20,00%	5.362,32	5.362,32	13,405,79	50,00%																
TOTAL DO MÊS			33.921,57	33.921,57	238.973,57	33.921,57	238.973,57	199.392,40	195.239,36	163.390,33	44.459,51	79.050,09	180.341,04	215.868,94	77.339,77	98.922,59	48.213,69	0,00%	0,00%	16.591,84	0,00%	20.372,07	63,907,62
PERCENTUAL POR ETAPA			1,96%	1,96%	13,98%	1,96%	13,98%	11,67%	11,42%	9,56%	2,60%	4,63%	10,95%	12,83%	4,53%	5,73%	2,82%	0,00%	0,00%	0,97%	0,00%	1,15%	3,74%
PERCENTUAL ACUMULADO			1,96%	3,92%	17,91%	20,87%	29,57%	36,016,71	41,00%	50,56%	53,14%	57,78%	68,33%	80,86%	85,49%	91,28%	94,10%	95,07%	95,07%	99,07%	99,07%	99,22%	100,00%
TOTAL ACUMULADO			33.921,57	67.843,15	306.816,71	505.409,12	700.649,48	864.039,61	968.498,32	987.548,40	1.167.888,44	1.481.098,16	1.698.234,46	1.624.826,30	1.624.826,30	1.624.826,30	1.624.826,30	1.624.826,30	1.624.826,30	1.624.826,30	1.624.826,30	1.624.826,30	1.624.826,30
TOTAL GERAL DA OBRA																						1.709.105,99	

CRONOGRAMA SEM ADITIVO DE VALOR, A SER APROVADO JUNTAMENTE COM ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

(Assinatura)





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

14 TA 181

SUP - TRT 3ª REGIÃO
Nº 39032/2014
Em 18/12/14
<i>UP</i>
ASSINATURA

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 13SR002 CELEBRADO ENTRE O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO E A EMPRESA SCALLBERI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - EPP PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DO FÓRUM DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE MURIAÉ

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO, CNPJ 01.298.583/0001-41, com sede na Av. Getúlio Vargas, 225, em Belo Horizonte - MG, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Ricardo Oliveira Marques, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade MG 6.951.509, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 796.480.706-44, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, conforme competência que lhe foi delegada pela Portaria TRT/GP 04/2014 de 02 de Janeiro de 2014, disponibilizada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho de 06 de Janeiro de 2014, doravante denominado CONTRATANTE, e como CONTRATADA a empresa SCALLBERI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - EPP, CNPJ 14.015.461/0001-42, estabelecida na Rua João Dornelas, 419, Loja A, Dornelas, em Muriaé - MG, neste ato representada por Paulo de Jesus Berizonzi, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº M 8.079.359, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 006.660.916-09, residente e domiciliado em Muriaé - MG, resolvem firmar o presente Termo Aditivo, conforme OF/TRT/DSE 344/2014, Processo e-PAD 31.471/2014, nos termos dos arts. 57, § 1º e 65, II, "b", § 1º da Lei 8.666/93, legislação complementar e cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DA VIGÊNCIA:**

Fica estendida até 30 de abril de 2015 a vigência do contrato celebrado em 30 de janeiro de 2013.

**CLÁUSULA SEGUNDA
DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS
SERVIÇOS:**

O prazo para execução dos serviços fica prorrogado até 31 de janeiro de 2015, conforme novo cronograma físico financeiro anexo.

**CLÁUSULA TERCEIRA
DO REAJUSTE:**

Os valores devidos à CONTRATADA serão





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

reajustados conforme previsão contratual, a partir da 8ª etapa, resultando no importe de R\$ 64.749,14 (sessenta e quatro mil, setecentos e quarenta e nove reais e quatorze centavos).

CLÁUSULA QUARTA
DOS ACRÉSCIMOS:

Ficam acrescidos ao presente contrato os serviços técnicos complementares descritos no OF/TRT/DSE 137/2014, relativos a acréscimos de itens na planilha de quantitativos, no valor de R\$ 158.369,56 (cento e cinquenta e oito mil trezentos e sessenta e nove reais e cinquenta e seis centavos), bem como redução do valor em R\$ 7.395,06 (sete mil, trezentos e noventa e cinco reais e seis centavos), passando a vigorar o novo cronograma físico financeiro anexo.

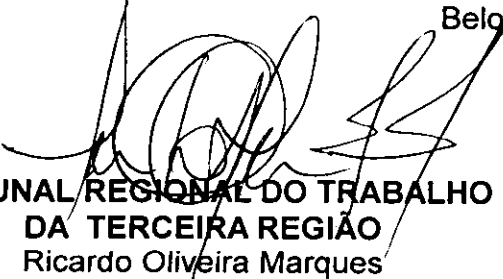
Parágrafo Único: Considerando os acréscimos e supressões indicados nesta Cláusula e o reajuste mencionado na Cláusula Terceira, o novo valor total do contrato passa a ser de R\$ 1.924.829,63 (hum milhão, novecentos e vinte e quatro mil, oitocentos e vinte e nove reais e sessenta e três centavos).

CLÁUSULA QUINTA
DAS RATIFICAÇÕES:

As demais cláusulas e condições constantes do contrato firmado em 30 de janeiro de 2013 e seus aditamentos permanecem íntegras, firmes e valiosas em todos os seus termos.

Para constar, e como prova deste ajuste, foi lavrado o presente que, depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes, extraindo-se cópias necessárias para documento e controle, fazendo-se publicar no Diário Oficial da União.

Belo Horizonte, 04 de dezembro de 2014


TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DA TERCEIRA REGIÃO
Ricardo Oliveira Marques
Diretor-Geral


SCALLBERI CONSTRUÇÕES E
SERVIÇOS LTDA – EPP
Paulo de Jesus Berizonzi

